



Diário Oficial Eletrônico



Teresina (PI) Quarta-feira, 25 de agosto de 2021 - Edição nº 159/2021

CONSELHEIROS

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
(Presidente)

Abelardo Pio Vilanova e Silva

Joaquim Kennedy Nogueira Barros

Waltânia Maria N. de S. Leal Alvarenga

Olavo Rebêlo de Carvalho Filho

Kleber Dantas Eulálio

Jaylson Fabianh Lopes Campelo
(Cons. em Exercício)

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Delano Carneiro da Cunha Câmara

Jackson Nobre Veras

Alisson Felipe de Araújo

PROCURADORES

José Araújo Pinheiro Júnior
(Procurador-Geral)

Leandro Maciel do Nascimento

Márcio André Madeira de Vasconcelos

Plínio Valente Ramos Neto

Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa

Secretária das Sessões
Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo

TERESINA - PI, Disponibilização: Terça-feira, 24 de agosto de 2021

Publicação: Quarta-feira, 25 de agosto de 2021
(Resolução TCE/PI nº 18/11 de 11 de novembro de 2011)

SUMÁRIO

ATOS DA PRESIDÊNCIA.....	02
ATOS DO CONTROLE INTERNO.....	06
EDITAIS DE CITAÇÃO.....	10
ATOS DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA.....	10
ACÓRDÃO E PARECERES PRÉVIOS.....	16
DECISÕES MONOCRÁTICAS.....	19

ACOMPANHE AS AÇÕES DO TCE-PIAÚI



www.tce.pi.gov.br



<https://www.youtube.com/user/TCEPiaui>



www.facebook.com/tce.pi.gov.br



@Tcepi



tce_pi

Atos da Presidência

PORTARIA Nº 498/2021

PORTARIA Nº 497/2021

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no requerimento protocolado sob o nº 013375/2021,

RESOLVE:

Autorizar o afastamento do servidor GILSON SOARES DE ARAÚJO, Auditor de Controle Externo, matrícula nº 98.091-9, nos dias 08 a 13 de novembro de 2021, para participar do II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, a ser realizado no período de 09 a 12 de novembro do corrente ano, na cidade de João Pessoa (PB), atribuindo-lhe 5,5 (cinco e meia) diárias.

Publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 23 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)

Consª LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS
Presidente do TCE/PI

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no uso das suas atribuições legais, e tendo em vista o Memorando nº 17/2021, protocolado sob o nº 013401/2021,

RESOLVE:

Credenciar, nos termos do art. 190 do Regimento Interno, os servidores abaixo identificados, assegurando-lhes as prerrogativas estabelecidas no referido dispositivo, para realização de instrução de processo de Contas de Governo, devendo a ação abarcar as unidades jurisdicionadas: PREFEITURAS MUNICIPAIS DE HUGO NAPOLEÃO(PI), BARRAS (PI) e CAJUEIRO DA PRAIA (PI), exercício 2020, Processos nºs TC/016956/2020, TC/016883/2020 e TC/016904/2020, respectivamente, tendo por objeto de controle: Cumprir o PACEX – Plano Anual de Controle Externo para o biênio 2021/2022, cujos temas escolhidos, por dimensão, para Contas de Gestão de 2020 incluem as seguintes áreas temáticas: “Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial” e “Governança”.

Município	Servidor(a)	Cargo	Matrícula
Hugo Napoleão	Emílio Vagnon Figueiredo da Silva	Auditor de Controle Externo	96.925-7
	Eridan Soares Coutinho Monteiro	Auditora de Controle Externo	02.038-9
Barras	Emílio Vagnon Figueiredo da Silva	Auditor de Controle Externo	96.925-7
	Eridan Soares Coutinho Monteiro	Auditora de Controle Externo	02.038-9
Cajueiro da Praia	Mayra Veloso Porto Pires de Oliveira	Auditora de Controle Externo	82.435-6
	Eridan Soares Coutinho Monteiro	Auditora de Controle Externo	02.038-9

Publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 24 de agosto de 2021.

(assinada digitalmente)

Consª LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS
Presidente do TCE/PI

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – JULHO – 2021

Unidade Gestora / Categoria da Despesa / Grupo de Despesa / Natureza Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	No Mês	Até o Mês			Desp. Emp a Liq.	Desp. Liq. a Pagar	Saldo de Dotação
			Despesas Empenhadas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas			
020101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	133.793.121,00	143.793.121,00	9.804.125,10	77.720.027,77	70.833.297,21	70.351.335,26	6.886.730,56	481.961,95	66.073.093,23
3 - Despesas Correntes	132.372.480,00	142.372.480,00	9.776.667,90	77.684.681,71	70.825.829,35	70.343.867,40	6.858.852,36	481.961,95	64.687.798,29
1 - Pessoal e Encargos Sociais	86.764.814,00	94.764.814,00	6.909.864,35	53.881.774,30	51.561.467,30	51.082.577,64	2.320.307,00	478.889,66	40.883.039,70
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	66.549.814,00	74.429.814,00	5.814.147,89	41.369.373,30	41.369.373,30	41.292.466,92	0,00	76.906,38	33.060.440,70
319012 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	250.000,00	250.000,00	24.171,92	170.516,00	170.516,00	170.516,00	0,00	0,00	79.484,00
319013 - Obrigações Patronais	2.000.000,00	2.000.000,00	14.516,40	1.915.612,82	1.017.305,82	852.293,01	898.307,00	165.012,81	84.387,18
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	325.000,00	325.000,00	40.501,44	148.670,86	148.670,86	148.670,86	0,00	0,00	176.329,14
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
319094 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	250.000,00	370.000,00	26.799,68	239.761,58	239.761,58	239.761,58	0,00	0,00	130.238,42
319113 - Obrigações Patronais	15.890.000,00	15.890.000,00	989.727,02	10.037.839,74	8.615.839,74	8.378.869,27	1.422.000,00	236.970,47	5.852.160,26
3 - Outras Despesas Correntes	45.607.666,00	47.607.666,00	2.866.803,55	23.802.907,41	19.264.362,05	19.261.289,76	4.538.545,36	3.072,29	23.804.758,59
332039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
332239 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	776.000,00	0,00	359.800,00	115.400,00	115.400,00	244.400,00	0,00	416.200,00
332240 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	0,00	28.319,00	0,00	28.318,22	0,00	0,00	28.318,22	0,00	0,78
335041 - Contribuições	85.000,00	85.000,00	0,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	77.000,00
339008 - Outros Benefícios Assistenciais	4.900.000,00	4.900.000,00	398.539,07	2.766.329,64	2.764.512,48	2.764.512,48	1.817,16	0,00	2.133.670,36
339014 - Diárias - Civil	1.710.482,00	1.245.882,00	14.687,45	62.887,19	62.887,19	62.887,19	0,00	0,00	1.182.994,81
339030 - Material de Consumo	438.918,00	438.918,00	22.440,88	164.683,46	87.556,54	87.556,54	77.126,92	0,00	274.234,54
339031 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	1.000,00	16.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
339032 - Material de Distribuição Gratuita	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	57.000,00	42.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	27.000,00
339035 - Serviços de Consultoria	191.000,00	191.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	191.000,00
339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.725.896,00	1.725.896,00	45.391,13	328.492,73	307.285,89	305.570,89	21.206,84	1.715,00	1.397.403,27

339037 - Locação de Mão-de-Obra	2.400.000,00	2.400.000,00	0,00	2.182.287,25	380.688,19	380.688,19	1.801.599,06	0,00	217.712,75
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.096.960,00	3.706.641,00	255.838,58	1.509.092,19	239.621,86	239.266,66	1.269.470,33	355,20	2.197.548,81
339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação- Pessoa Jurídica	3.238.234,00	3.238.234,00	3.715,48	1.389.958,13	346.995,74	346.336,65	1.042.962,39	659,09	1.848.275,87
339046 - Auxílio-Alimentação	14.150.000,00	16.150.000,00	1.164.367,62	8.179.172,86	8.179.172,86	8.179.172,86	0,00	0,00	7.970.827,14
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	68.500,00	68.500,00	0,00	20.000,00	1.863,63	1.520,63	18.136,37	343,00	48.500,00
339049 - Auxílio-Transporte	1.250.000,00	1.250.000,00	79.643,80	588.279,80	588.279,80	588.279,80	0,00	0,00	661.720,20
339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.000,00	70.600,00	-178,88	13.485,56	2.977,49	2.977,49	10.508,07	0,00	57.114,44
339093 - Indenizações e Restituições	11.213.676,00	11.194.676,00	874.358,42	6.179.120,38	6.179.120,38	6.179.120,38	0,00	0,00	5.015.555,62
4 - Despesas de Capital	1.420.641,00	1.420.641,00	27.457,20	35.346,06	7.467,86	7.467,86	27.878,20	0,00	1.385.294,94
4 - Investimentos	1.420.641,00	1.420.641,00	27.457,20	35.346,06	7.467,86	7.467,86	27.878,20	0,00	1.385.294,94
449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	260.636,00	30.636,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.636,00
449051 - Obras e Instalações	90.000,00	388.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	388.900,00
449052 - Equipamentos e Material Permanente	1.069.005,00	1.000.105,00	27.457,20	35.346,06	7.467,86	7.467,86	27.878,20	0,00	964.758,94
449092 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
020102 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS	1.050.413,00	1.550.413,00	63.060,00	409.832,00	309.122,00	309.122,00	100.710,00	0,00	1.140.581,00
3 - Despesas Correntes	520.413,00	1.020.413,00	63.060,00	409.832,00	309.122,00	309.122,00	100.710,00	0,00	610.581,00
3 - Outras Despesas Correntes	520.413,00	1.020.413,00	63.060,00	409.832,00	309.122,00	309.122,00	100.710,00	0,00	610.581,00
339014 - Diárias - Civil	48.545,00	48.545,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.545,00
339030 - Material de Consumo	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	13.200,00	13.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.200,00
339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	231.000,00	192.035,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192.035,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	113.900,00	693.633,00	63.060,00	398.132,00	309.122,00	309.122,00	89.010,00	0,00	295.501,00
339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	33.000,00	51.000,00	0,00	11.700,00	0,00	0,00	11.700,00	0,00	39.300,00
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	56.100,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
339093 - Indenizações e Restituições	4.668,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4 - Despesas de Capital	530.000,00	530.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	530.000,00
4 - Investimentos	530.000,00	530.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	530.000,00

Unidade Gestora / Categoria da Despesa / Grupo de Despesa / Natureza Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	No Mês	Até o Mês			Desp. Emp a Liq.	Desp. Liq. a Pagar	Saldo de Dotação
			Despesas Empenhadas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas			
449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
449051 - Obras e Instalações	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
449052 - Equipamentos e Material Permanente	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Total	134.843.534,00	145.343.534,00	9.867.185,10	78.129.859,77	71.142.419,21	70.660.457,26	6.987.440,56	481.961,95	67.213.674,23

Fonte: SIAFE-PI

Teresina-PI, 24 de agosto de 2021.

Assinado digitalmente
Lilian de Almeida Veloso Nunes
Conselheira Presidente
CPF: 077.565.183-49

Assinado digitalmente Martins Fellipe Sampaio Braga
Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças
CPF: 048.499.193-08
CRC: PI-010.973/O

Atos do Controle Interno



ÓRGÃO/ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
 UNIDADE GESTORA/EXECUTORA: 020101 – TCE-PI
 PERÍODO: 01 A 31 DE JULHO DE 2021

OBSERVÂNCIA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS DOS CONTRATOS (IN TCE) REF 01/07/2021 A 31/07/2021 - UG 020101

Data de Liquidação	Fonte	Credor	Objeto do Contrato	Nota de Empenho	Data do Empenho	Nota de Liquidação	Programação de Desembolso	Data da PD	Ordem Bancária	Data da OB	Valor Empenhado	Valor da Liquidação	Valor Pago	Valor a Pagar	Justificativa
05/07/2021	100 - RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	08483447000170 - AGATHA SERVIÇOS GERAIS LTDA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR CONDICIONADOS, CONFORME REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2020.	2021NE00053	29/01/2021	2021NL00453	2021PD00872	05/07/2021	2021OB00860	08/07/2021	21.534,90	21.534,90	21.534,90	0,00	
							2021PD00881	08/07/2021	2021OB00859	08/07/2021	776,43	776,43	776,43	0,00	
07/07/2021	100 - RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	76535764000143 - OI S A	CONTRATAÇÃO DE LINK DEDICADO PARA ACESSO À INTERNET	2021NE00290	07/07/2021	2021NL00457	2021PD00880	07/07/2021	2021OB00858	07/07/2021	14.739,91	14.739,91	14.739,91	0,00	
12/07/2021	100 - RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	27901736000197 - HERMINIO DA COSTA - ME	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PELO CRITÉRIO DE MAIOR DESCONTO, QUE SE DESTINA À CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO, NÃO ONEROSA, DE ESPAÇO FÍSICO, SITUADO NO 3º PAVIMENTO DO ANEXO II DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ TCE/PI, COM 69,68M² PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARO E COMÉRCIO DE LANCHES E ALMOÇOS, NO PERÍODO DE 7H ÀS 15H, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, E, EXCEPCIONALMENTE, AOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS, QUANDO HOUVER ALGUMA ATIVIDADE NA INSTITUIÇÃO E FOR SOLICITADO, COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 48H, PELA DIRETORIA ADMINISTRATIVA, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS DOS USUÁRIOS INTERNOS E EXTERNOS DA CEDENTE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE LANCHES PARA AS REUNIÕES DA PRESIDÊNCIA E PARA AS SESSÕES DO TRIBUNAL, BEM COMO DE GARRAFAS DE CAFÉ PARA OS SETORES PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.	2020NE00404	07/07/2020	2021NL00464	2021PD00888	12/07/2021	2021OB00867	12/07/2021	1.900,47	1.900,47	1.900,47	0,00	
				2021NE00056	29/01/2021	2021NL00465	2021PD00889	12/07/2021	2021OB00868	12/07/2021	6.880,88	6.880,88	6.880,88	0,00	



ÓRGÃO/ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE GESTORA/EXECUTORA: 020101 – TCE-PI
PERÍODO: 01 A 31 DE JULHO DE 2021

Data de Liquidação	Fonte	Credor	Objeto do Contrato	Nota de Empenho	Data do Empenho	Nota de Liquidação	Programação de Desembolso	Data da PD	Ordem Bancária	Data da OB	Valor Empenhado	Valor da Liquidação	Valor Pago	Valor a Pagar	Justificativa
14/07/2021	100 - RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	28008410000106 - BAMEX CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA.	O OBJETO DO PRESENTE TERMO DE CONTRATO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE FROTA DE VEÍCULOS, DE FORMA CONTINUADA, JUNTO À REDE DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS E DE CENTROS AUTOMOTIVOS CREDENCIADOS POR MEIO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, ATRAVÉS DE TECNOLOGIA QUE UTILIZE O CARTÃO DE PAGAMENTO ELETRÔNICO OU COM TÁBUA MAGNÉTICA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.	2020NE00634	06/11/2020	2021NL00469	2021PD00894	14/07/2021	2021OB00873	14/07/2021	2.800,57	2.800,57	2.800,57	0,00	
		63343057000103 - R D DE ARAUJO ME	SERVIÇOS DE CONTROLE DE PRAGAS E VETORES URBANOS	2021NE00050	29/01/2021	2021NL00473	2021PD00898	14/07/2021	2021OB00878	14/07/2021	2.808,96	2.808,96	2.808,96	0,00	
							2021PD00899	14/07/2021	2021OB00877	14/07/2021	64,90	64,90	64,90	0,00	
							-	-	-	-	355,20	355,20	0,00	355,20	
		76535764000143 - OI S A	CONTRATAÇÃO DE LINK DEDICADO PARA ACESSO À INTERNET	2021NE00290	07/07/2021	2021NL00468	2021PD00893	14/07/2021	2021OB00872	14/07/2021	14.739,91	14.739,91	14.739,91	0,00	
15/07/2021	100 - RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	33372251000156 - IBM BRASIL INDÚSTRIA MAQ. E SERVIÇOS LTDA.	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA E SERVIÇOS GERENCIADOS, SERVIÇOS DE TELESUORTE DE SW E SERVIÇOS DE SUPORTE AVANÇADO POR 3 ANOS, DE DOIS STORAGE IBM V7000, DOIS EXPANSÃO DE DISK STORAGE IBM V7000, DOIS SWITCH SAN IBM, MODELO SAN24B-5, UM TAPE LIBRARY TS3200 LT05 PERTENCENTE AO ACERVO PATRIMONIAL DO TCE/PI.	2021NE00040	29/01/2021	2021NL00475	2021PD00901	15/07/2021	2021OB00880	15/07/2021	6.400,93	6.400,93	6.400,93	0,00	
19/07/2021	100 - RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	07094346000145 - G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	CONTRATAÇÃO DE 4 POSTOS DE TRABALHO CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (AR) N.º 10/2020.	2021NE00039	29/01/2021	2021NL00490	2021PD00909	19/07/2021	2021OB00889	19/07/2021	3.496,03	3.496,03	3.496,03	0,00	
							2021PD00910	19/07/2021	2021OB00890	19/07/2021	11.117,42	11.117,42	11.117,42	0,00	
							2021PD00911	19/07/2021	2021OB00886	19/07/2021	809,05	809,05	809,05	0,00	
							2021PD00912	19/07/2021	2021OB00887	19/07/2021	589,93	589,93	589,93	0,00	
							2021PD00913	19/07/2021	2021OB00888	19/07/2021	842,75	842,75	842,75	0,00	
20/07/2021	100 - RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	01884133000130 - PASSWORD INFORMÁTICA LTDA	IMPLANTAÇÃO DO E-SOCIAL TCE/PI COMO PARTICIPANTE DO TC/DF	2020NE00313	08/05/2020	2021NL00492	2021PD00938	20/07/2021	2021OB00918	20/07/2021	18.209,64	18.209,64	18.209,64	0,00	
						2021NL00493	2021PD00939	20/07/2021	2021OB00919	20/07/2021	18.209,64	18.209,64	18.209,64	0,00	
						2021NL00494	2021PD00940	20/07/2021	2021OB00920	20/07/2021	18.209,64	18.209,64	18.209,64	0,00	
		64799539000135 - TECNOSET INFORMÁTICA PRODUTOS SERV.LTDA.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPROGRAFIA: IMPRESSÃO CORPORATIVA, CÓPIA, FAX, DIGITALIZAÇÃO DEPARTAMENTAL, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM A SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E	2020NE00235	12/03/2020	2021NL00495	2021PD00944	20/07/2021	2021OB00921	20/07/2021	23.405,39	23.405,39	23.405,39	0,00	



ÓRGÃO/ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE GESTORA/EXECUTORA: 020101 – TCE-PI
PERÍODO: 01 A 31 DE JULHO DE 2021

Data de Liquidação	Fonte	Credor	Objeto do Contrato	Nota de Empenho	Data do Empenho	Nota de Liquidação	Programação de Desembolso	Data da PD	Ordem Bancária	Data da OB	Valor Empenhado	Valor da Liquidação	Valor Pago	Valor a Pagar	Justificativa
			SUPRIMENTOS, FORNECIMENTO DE PAPEL, SISTEMA DE GERENCIAMENTO E CONTABILIZAÇÃO DE IMPRESSÕES E CÓPIAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ, OBS 1 - O CONTRATO TEM DUAS RUBRICAS: LOCAÇÃO - 3390.39(10), NO VALOR DE R\$ 280.080,00 E SERVIÇO DE CÓPIA - 3390.39(40), NO VALOR DE R\$ 203.400,00; OBS 2 - A CONTABILIZAÇÃO FOI FEITA NA RUBRICA DE MAIOR VALOR, RUBRICA 3390.39 (10).			2021NL00496	2021PD00945	20/07/2021	2021OB00922	20/07/2021	2.873,27	2.873,27	2.873,27	0,00	
22/07/2021	100 - RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	40432544000147 - CLARO S/A	SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL (MÓVEL-FIXO, MÓVEL-MÓVEL, ACESSO A INTERNET MÓVEL DE BANDA LARGA SEM NECESSIDADE DE REDE FIXA PARA NOTEBOOK)	2020NE00718	04/12/2020	2021NL00503	2021PD00961	22/07/2021	2021OB00938	22/07/2021	3.083,48	3.083,48	3.083,48	0,00	
						2021NL00504	2021PD00962	22/07/2021	2021OB00939	22/07/2021	559,44	559,44	559,44	0,00	
23/07/2021	100 - RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	30738505000119 - SS SANTOS SERVICOS E SOFTWARE EIRELLI	O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, SUPORTE E CONSULTORIA EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PARA A FERRAMENTA E-TCE, DESTINADOS AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ	2021NE00126	10/03/2021	2021NL00505	2021PD00966	23/07/2021	2021OB00944	23/07/2021	23.308,52	23.308,52	23.308,52	0,00	
							2021PD00967	23/07/2021	2021OB00943	23/07/2021	354,95	354,95	354,95	0,00	
26/07/2021	100 - RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	03698620000215 - GREEN4T SOLUÇÕES TI LTDA	CADASTRO DE ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CNPJ. INFORMA-SE QUE EM VIRTUDE DE INVIABILIDADE DE ALTERAÇÃO DO CNPJ NO CONTRATO ORIGINAL, FOI INCLUÍDO ESTE COM O SALDO REMANESCENTE. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO, PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E CONSUMÍVEIS, DOS EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AO AMBIENTE FÍSICO SEGURO DO DATACENTER DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ, COMPOSTO PELO AMBIENTE SALA-COFRE, CERTIFICADA CONFORME NORMA ABNT-NBR 15.247, E DEMAIS SISTEMAS DESCRITOS NO ANEXO I-A DO TERMO DE REFERÊNCIA.	2020NE00796	30/12/2020	2021NL00506	2021PD00968	26/07/2021	2021OB00946	26/07/2021	41.805,61	41.805,61	41.805,61	0,00	
28/07/2021	100 - RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	07094346000145 - G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	CONTRATAÇÃO DE 4 POSTOS DE TRABALHO CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (AR) N.º 10/2020.	2021NE00039	29/01/2021	2021NL00516	2021PD00980	28/07/2021	2021OB00959	28/07/2021	3.088,31	3.088,31	3.088,31	0,00	
							2021PD00981	28/07/2021	2021OB00960	28/07/2021	13.238,28	13.238,28	13.238,28	0,00	
							2021PD00982	28/07/2021	2021OB00957	28/07/2021	903,89	903,89	903,89	0,00	
							2021PD00983	28/07/2021	2021OB00958	28/07/2021	941,55	941,55	941,55	0,00	



ÓRGÃO/ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE GESTORA/EXECUTORA: 020101 – TCE-PI
PERÍODO: 01 A 31 DE JULHO DE 2021

Data de Liquidação	Fonte	Credor	Objeto do Contrato	Nota de Empenho	Data do Empenho	Nota de Liquidação	Programação de Desembolso	Data da PD	Ordem Bancária	Data da OB	Valor Empenhado	Valor da Liquidação	Valor Pago	Valor a Pagar	Justificativa
							-	-	-	-	659,09	659,09	0,00	659,09	
Total											258.708,94	258.708,94	257.694,65	1.014,29	

Fonte: SIAFE-PI

Teresina-PI, 24 de agosto de 2021.

Assinado digitalmente
Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
Conselheira Presidente
CPF: 077.565.183-49

Assinado digitalmente
Fellipe Sampaio Braga
Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças
CPF: 048.499.193-08
CRC: PI-010.973/O

Assinado digitalmente
Delano Carneiro da Cunha Câmara
Conselheiro Substituto
Controlador em Exercício do TCE/PI
CPF: 018.286.303-49



ÓRGÃO/ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE GESTORA/EXECUTORA: 020102 - FMTC
PERÍODO: 01 A 31 DE JULHO DE 2021

OBSERVÂNCIA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS DOS CONTRATOS (IN TCE) REF. 01/07/2021 a 31/07/2021 - UG 020102

Data de Liquidação	Fonte	Credor	Objeto do Contrato	Nota de Empenho	Data do Empenho	Nota de Liquidação	Programação de Desembolso	Data da PD	Ordem Bancária	Data da OB	Valor Empenhado	Valor da Liquidação	Valor Pago	Valor a Pagar	Justificativa
30/07/2021	118 - RECURSOS DOS FUNDOS ESPECIAIS	00000000000191 - BANCO DO BRASIL S A	Centralização e processamento dos créditos provenientes da Folha de Pagamento do Tribunal dos Contas do Estado do Piauí	2020NE00008	30/04/2020	2021NL00037	2021PD00065	30/07/2021	2021OB00065	30/07/2021	115,00	115,00	115,00	0,00	
						2021NL00038	2021PD00066	30/07/2021	2021OB00066	30/07/2021	2.392,50	2.392,50	2.392,50	0,00	
						2021NL00039	2021PD00067	30/07/2021	2021OB00067	30/07/2021	207,50	207,50	207,50	0,00	
Total											2.715,00	2.715,00	2.715,00	0,00	

Fonte: SIAFE-PI

Teresina-PI, 24 de agosto de 2021.

Assinado digitalmente
Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
Conselheira Presidente
CPF: 077.565.183-49

Assinado digitalmente
Fellipe Sampaio Braga
Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças
CPF: 048.499.193-08
CRC: PI-010.973/O

Assinado digitalmente
Delano Carneiro da Cunha Câmara
Conselheiro Substituto
Controlador em Exercício do TCE/PI
CPF: 018.286.303-49

Editais de Citação

PROCESSO TC/005948/2021

AUDITORIA NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA - PI, EXERCÍCIO 2020.
RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS
RESPONSÁVEL: SR. ROGÉRIO FERNANDES DA SILVA

Vimara Coelho Castor de Albuquerque, Chefe da Divisão de Comunicação Processual do TCE/PI, por ordem do Excelentíssimo Senhor Relator do processo em epígrafe, cita o Representante da Empresa Distrimed Comércio de Medicamentos e Material Hospitalar EIRELI-ME, **para que, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da publicação desta citação no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PI**, nos termos do artigo 267, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/2011 (Regimento Interno), apresente a sua defesa a respeito das ocorrências apontadas no Relatório técnico da DFESP, constantes no Processo **TC/005948/2021**. Eu, Vimara Coelho Castor de Albuquerque, Chefe da Divisão de Comunicação Processual do TCE/PI, digitei e subscrevi, em vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e um.

PROCESSO TC/005948/2021

AUDITORIA NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA - PI, EXERCÍCIO 2020.
RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS
RESPONSÁVEL: SRA. PATRÍCIA KEILA DE SOUSA SAMPAIO

Vimara Coelho Castor de Albuquerque, Chefe da Divisão de Comunicação Processual do TCE/PI, por ordem do Excelentíssimo Senhor Relator do processo em epígrafe, cita a Representante da Empresa Master Comércio e Serviços EIRELI, **para que, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da publicação desta citação no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PI**, nos termos do artigo 267, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/2011 (Regimento Interno), apresente a sua defesa a respeito das ocorrências apontadas no Relatório técnico da DFESP, constantes no Processo **TC/005948/2021**. Eu, Vimara Coelho Castor de Albuquerque, Chefe da Divisão de Comunicação Processual do TCE/PI, digitei e subscrevi, em vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e um.

PROCESSO TC/005948/2021

AUDITORIA NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA - PI, EXERCÍCIO 2020.
RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS
RESPONSÁVEL: SR. YURI DE SOUSA BRAZ

Vimara Coelho Castor de Albuquerque, Chefe da Divisão de Comunicação Processual do TCE/PI, por ordem do Excelentíssimo Senhor Relator do processo em epígrafe, cita o Representante da Empresa Braz Comércio de Medicamentos e Material Farmacêutico EIRELI-ME, **para que, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da publicação desta citação no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PI**, nos termos do artigo 267, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/2011 (Regimento Interno), apresente a sua defesa a respeito das ocorrências apontadas no Relatório técnico da DFESP, constantes no Processo **TC/005948/2021**. Eu, Vimara Coelho Castor de Albuquerque, Chefe da Divisão de Comunicação Processual do TCE/PI, digitei e subscrevi, em vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e um.

Atos da Secretaria Administrativa

PROCESSO: TC/007957/2021

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 08 AO CONTRATO Nº 27/2018/TCE-PI

CONTRATANTE: Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

CNPJ Nº 05.818.935/0001-01.

CONTRATADO: SELETIV Seleção e Agenciamento de Mão de Obra EIRELI.

CNPJ Nº 13.224.659/0001-73

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 027/2018, com fundamento no art.57, II, §2º, da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 51 da IN nº 05/2017, do MPOG.

VIGÊNCIA: A vigência do referido Contrato fica prorrogada pelo período de 12 (doze) meses, a partir do dia 22 de Agosto de 2021 até 22 de Agosto de 2022.

Ressalta-se que o Contrato em síntese, encontra-se suspenso por mais noventa dias, a contar de 1º de Agosto de 2021, conforme 6º Termo Aditivo.

FONTE DE RECURSOS: 01.032. 0017. 4121 - GESTÃO ESTRATÉGICA E MANUTENÇÃO OPERACIONAL; Natureza da Despesa 339037.

ASSINATURA: 20 de Agosto de 2021.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 29/2021

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ, com sede na Av. Pedro Freitas, nº 2100, bairro São Pedro, CEP 64.018-900, na cidade de Teresina/PI, inscrito no CNPJ sob o nº 05.818.935/0001-01, neste ato representado por sua Presidente Conselheira LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS, inscrito no CPF sob o nº, 077.565.183-49, portadora da Carteira de Identidade nº 171.133 – SSP/PI, considerando o julgamento do **Pregão Eletrônico nº 05/2021-TCE/PI**, processo administrativo nº **TC/013685/2019**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de **materiais permanentes diversos (motor compressor e aparelho de ar condicionado, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, ferramentas, móveis, e outros)** para atender as necessidades do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, conforme especificações e quantidades previstas no Termo de Referência, Anexo I do Pregão **Eletrônico SRP nº 05/2021-TCE/PI**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1 O preço registrado, as especificações e a quantidade do objeto, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são os constantes abaixo:

DANTON GABRIEL SIMPLICIO DE SALES SILVA
CNPJ: 38.084.603/0001-91 INSC. ESTADUAL: 206.634.722.116
ENDEREÇO: Rua Jacó, nº 112 – Barueri/ São Paulo – SP Cep: 06402-210
TELEFONE/FAX: 11 4198-5017 E-MAIL: recordsoundlicitacoes@gmail.com
DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 1529-6 CONTA CORRENTE: 68477-5
REPRESENTANTE LEGAL: DANTON GABRIEL SIMPLICIO DE SALES SILVA CPF: 490410388-25

ITEM	DESCRIÇÃO/MARCA	QTD	UND	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL R\$
22	Cabo TOZZ para Microfone Xlr Canon Macho e Fêmea Balanceado (5m). Condutor: Fio de cobre. Garantia de pelo menos 1 (um) ano. Cabo áudio e vídeo, material condutor: cobre, material isolamento condutor: pvc, aplicação: microfone, características adicionais: diâmetro do condutor: 0,30 mm², tipo cabo: blindado e balanceado, tipo blindagem: fita de alumínio e blindagem em cobre trançado, comprimento: 100 m, conectores: xlr. MARCA: TOZZ XLR MODELO: XLR	06	Und.	56,00	336,00
VALOR TOTAL (R\$)					336,00

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1 Esta Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – DOE/TCE/PI, podendo ser prorrogada por mais 12 (doze) meses, nos termos do art. 3º, § 1, da Lei Estadual nº 6.301, de 7 de janeiro de 2013, declarado constitucional por esta Corte de Contas nos autos do Processo TC/53094/2012, conforme Decisão nº 351/2017, Acórdão 764/2017, publicado no DOE – TCE/PI nº 67, de 10/04/2017, p.08.

4. DAS CONDIÇÕES PARA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – Órgão Gerenciador.

4.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o TCE/PI para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o TCE/PI e órgãos participantes.

4.4. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento dos quantitativos** dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, nos termos do art. 22, § 3º, do Decreto nº 7892/2013.

4.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, nos termos do art. 22, § 4º, do Decreto nº 7892/2013.

4.6. Após a autorização do TCE/PI, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.7. É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

4.8. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

5. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O TCE/PI, como órgão gerenciador do Registro de Preço, praticará todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços disciplinados no art.15 § 3º da Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Federal nº 7.892/2013.

5.2. O Órgão Gerenciador por meio da DLC deverá acompanhar e gerir o Registro de Preços, cabendo às responsabilidades abaixo descritas:

5.2.1. Participar, quando necessário, de prévias reuniões com fornecedores, visando informá-los das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços.

5.2.2. Obedecer e controlar os quantitativos de contratação demandados pela Seção de Serviços Integrados de Saúde do TCE/PI de acordo com o registrado na Ata de Registro de Preços.

5.2.3. O gerenciamento da Ata procedido pelo TCE/PI não elide nem diminui a responsabilidade da Contratada.

5.2.4. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços.

5.2.5. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos, serviços e preços registrados.

5.2.6. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

5.2.7. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes (se houver), contendo:

5.2.7.1. As formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível.

5.2.7.2. Definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável, a exemplo de ordem de serviço ou fornecimento de bens, aplicação de sanções administrativas, alteração de item registrado em Ata por modelo equivalente ou superior.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

6.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.3 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.3.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.4.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.5 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.6 O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.6.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.6.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.6.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.6.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo.

6.7 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6.1, 6.6.2 e 6.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.8 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.8.1 Por razão de interesse público; ou

6.8.2 A pedido do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1 As condições gerais do fornecimento/serviços, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edital e seus anexos.

7.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3 A Ata de cadastro de reserva, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os produtos e serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Teresina (PI), 20 de agosto de 2021.

(assinatura digital)
Cons.^a Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
Presidente do TCE-PI

(assinatura digital)
Danton Gabriel Simplicio de Sales Silva
Representante legal

DANTON
GABRIEL
SIMPLICIO DE
SALES
SILVA:49041038825

Assinado de forma digital
por DANTON GABRIEL
SIMPLICIO DE SALES
SILVA:49041038825
Dados: 2021.08.23
17:28:23 -0300

PORTARIA Nº 212/2021SA

A Secretária Administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI), no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 338, de 16 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PI nº 88/14, de 20 de maio de 2014, c/c art. 44, XXVII e § 2º do Regimento Interno do TCE/PI, tendo em vista o que consta no protocolo nº 012920/2021 e na informação nº 316/2021-DGP.

RESOLVE:

Autorizar o afastamento da servidora desta Corte de Contas para gozo de folga referente à dispensa eleitoral (art. 98 da Lei Federal 9.504, de 30/09/1997), na forma do demonstrativo abaixo:

Matrícula nº	Nome	Cargo	Lotação	Afastamento - Data	Requerimento nº
97380	Lorena Carvalho de Brito Elvas	Assessora Esp. de Gab. de Conselheiro	Gab. Conselheiro Abelardo Vilanova	19/08/2021 a 20/08/2021	013136/2021

Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Secretaria Administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 20 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)
Paulo Ivan da Silva Santos
Matrícula 98598
Secretário Administrativo

PORTARIA Nº 213/2021SA

A Secretária Administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI), no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 338, de 16 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PI nº 88/14, de 20 de maio de 2014, c/c art. 44, XXVII e § 2º do Regimento Interno do TCE/PI, tendo em vista o que consta no protocolo nº 012920/2021 e na informação nº 316/2021-DGP.

RESOLVE:

Autorizar o afastamento da servidora desta Corte de Contas para gozo de folga referente à dispensa eleitoral (art. 98 da Lei Federal 9.504, de 30/09/1997), na forma do demonstrativo abaixo:

Matrícula nº	Nome	Cargo	Lotação	Afastamento - Data	Requerimento nº
98551	Lorena Soares Novaes Costa	Auxiliar de Operações	Seção de Orçamento	16/09/2021 a 17/09/2021	013049/2021

Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Secretaria Administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 20 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)
Paulo Ivan da Silva Santos
Matrícula 98598
Secretário Administrativo

PORTARIA Nº 214/2021SA

O Secretário Administrativo do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI), no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 338, de 16 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PI nº 88/14, de 20 de maio de 2014, c/c art. 44, XXVII e § 2º do Regimento Interno do TCE/PI, e tendo em vista o que consta no protocolo nº TC – 013096/2021 e na Informação nº 339/2021-DGP;

RESOLVE:

Designar a servidora ANDREA DE OLIVEIRA PAIVA, matrícula nº 96517, cargo de Auditora de Controle Externo, para substituir o titular da função de Chefe da DFAE - IV Divisão Técnica, Italo Gabriel Almeida Rocha, matrícula 98109, em virtude de afastamento para gozo de férias, no período de 01/09/2021 a 20/09/2021 (20) dias, conforme Portaria nº 197/2021SA.

Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Secretaria Administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 24 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)
Paulo Ivan da Silva Santos
Matrícula nº 98598
Secretário Administrativo





NO PRÓXIMO DIA 28 DE AGOSTO O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ (TCE-PI) COMEMORA 122 ANOS DE SUA IMPLANTAÇÃO E UMA PROGRAMAÇÃO ESPECIAL FOI MONTADA PARA CELEBRAR A DATA.

PROGRAMAÇÃO

QUARTA-FEIRA, DIA 25. • 9H
REUNIÃO TÉCNICA - ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, NA ESCOLA DE GESTÃO E CONTROLE.

QUINTA-FEIRA, DIA 26. • 10H
ABERTURA DA 4ª EDIÇÃO DO PROGRAMA MAIS VIVER, COM PALESTRA "DOMINE SUAS FINANÇAS".
TRANSMISSÃO AO VIVO PELO CANAL DO TCE-PI NO YOUTUBE.

SEXTA-FEIRA, DIA 27. • 9H30
SOLENIDADE DE OUTORGA DO COLAR DO MÉRITO DO TCE-PI CONSELHEIRO JESUALDO CAVALCANTI.
TRANSMISSÃO AO VIVO PELO CANAL DO TCE-PI NO YOUTUBE.



Confira mais detalhes no site: www.tce.pi.gov.br

Acórdãos e Pareceres Prévios

PROCESSO: TC/010484/2021

ACÓRDÃO Nº 637/2021-SPL

DECISÃO Nº 710/2021

ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO DE AUDITORIA TC/014879/2019 – ICMS ECOLÓGICO – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, EXERCÍCIO 2019.

RECORRENTE: ROBÉRIO ASLAY DE ARAÚJO BARROS – SECRETÁRIO ESTADUAL

RELATOR: CONS. JOAQUIM KENNEDY NOGUEIRA BARROS

PROCURADORA: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

ADVOGADA: NOEME MARQUES DA SILVA – OAB/PI Nº 12.808 (SUBSTABELECIMENTO À PEÇA 05)

EMENTA. RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. AUDITORIA. SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE CONCESSÃO DE CERTIFICAÇÃO DO SELO AMBIENTAL E ADESÃO AO ICMS ECOLÓGICO. PERMANÊNCIA COMO GESTOR POR BREVE PERÍODO. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. PROVIMENTO PARCIAL.

Não obstante a permanência das falhas, considerando o curto período em que o recorrente permaneceu como gestor da pasta, de apenas 04 (quatro) meses, entende-se pela redução da multa aplicada pela metade, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Sumário: Recurso de Reconsideração. Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Exercício 2019. Conhecimento. Provimento Parcial. Unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o parecer do Ministério Público de Contas (peça nº 8), e o mais que dos autos consta, decidiu o Plenário, unânime, em consonância com o parecer ministerial, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração, e no mérito, divergindo do parecer ministerial, pelo seu provimento parcial, a fim de reduzir a multa aplicada ao recorrente de 2.000 UFR/PI para 1.000 UFR/PI, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça nº 12).

Presentes os Cons. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (Presidente), Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Kléber Dantas Eulálio, Jaylson Fabianh Lopes Campelo (Conselheiro em exercício) e os Conselheiros Substitutos Delano Carneiro da Cunha Câmara, em substituição ao Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva (em gozo de férias) e Jackson Nobre Veras, convocado para substituir, nesse processo, a Cons.^a Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga (ausente por motivo justificado).

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Publique-se. Cumpra-se.

Sessão Plenária Ordinária Virtual, em 05 de agosto de 2021.

(Assinatura Digitalizada)

Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros
Relator

PROCESSO: TC/003024/2021

ACÓRDÃO Nº 645/2021 - SPL

DECISÃO Nº 721/21

ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE PIO IX (EXERCÍCIO DE 2017)

RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

RECORRIDA: REGINA COELI VIANA DE ANDRADE E SILVA - PREFEITA

ADVOGADO: DANIEL CARVALHO OLIVEIRA VALENTE – OAB/PI Nº 5.823 (PROCURAÇÃO À PEÇA 16)

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO

PROCURADOR: PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO

EMENTA: PROCESSUAL. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES. CONHECIMENTO. IMPROVIMENTO.

PROCESSO: TC/007818/2021

1. Não obstante o empenho da despesa antes da homologação do certame licitatório, a empresa foi devidamente declarada vencedora e sua habilitação se deu de forma regular, mesmo admitindo que o fato constitui falha, esta não tem o condão de motivar o julgamento de irregularidade das contas.

SUMÁRIO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE PIO IX (EXERCÍCIO DE 2017). Pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração. No mérito, pelo seu improvimento. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o parecer do Ministério Público de Contas (peça nº 14), a sustentação do advogado Marcus Vinícius Santos Spíndola Rodrigues - OAB/PI nº 12.276, e o mais que dos autos consta, decidiu o Plenário, unânime, em consonância com o parecer ministerial, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração e, no mérito, por maioria, divergindo do parecer ministerial, pelo seu improvimento, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos, conforme e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça nº 20). Vencida a Cons.^a Waltânia Alvarenga, que votou pelo provimento do recurso.

Presentes os Cons. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (Presidente), Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Kléber Dantas Eulálio, Jaylson Fabianh Lopes Campelo (Conselheiro em exercício) e os Conselheiros Substitutos Delano Carneiro da Cunha Câmara, em substituição ao Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva (em gozo de férias) e Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Publique-se e cumpra-se.

Sessão Plenária Ordinária Virtual nº 027, em Teresina, 05 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)
Cons. Subst. Jaylson Fabianh Lopes Campelo
- Relator -

ACÓRDÃO Nº 594/2021 – SPL

DECISÃO Nº 608/21

ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ – CONTAS DE GOVERNO (EXERCÍCIO DE 2018).

RECORRENTE: WASHINGTON LUIZ BRITO DE SOUSA – PREFEITO

ADVOGADO: GERMANO TAVARES PEDROSA E SILVA - OAB/PI Nº 5.952 (PROCURAÇÃO À PEÇA Nº 4)

RELATOR: JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. Ocorrências constatadas não constituem óbice à aprovação das contas.

1. Gastos com pessoal acima do limite legal, por si só, não são suficientes para uma reprovação das contas, devendo ocorrer conjuntamente com outras irregularidades.

2. As demais ocorrências remanescentes não possuem gravidade bastante para ensejar a reprovação das contas.

Sumário: Recurso de Reconsideração. Prefeitura Municipal de Caxingó Exercício Financeiro 2018. Conhecimento. Provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o parecer do Ministério Público de Contas (peça nº 8), a sustentação oral do advogado e o mais que dos autos consta, decidiu o Plenário, unânime, em consonância com o parecer ministerial, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração, e no

mérito, divergindo do parecer ministerial, pelo seu provimento, reformando-se o Parecer Prévio nº 018/2021 – SPC para recomendar a Aprovação com Ressalvas das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Caxingó, exercício de 2018, conforme e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça nº 12).

Presentes os Cons. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (Presidente), Abelardo Pio Vilanova e Silva, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Cons. em exercício Jaylson Fabianh Lopes Campelo e os Cons. Substitutos Jackson Nobre Veras, em substituição ao Cons. Kleber Dantas Eulálio (em gozo de férias), Delano Carneiro da Cunha Câmara e Alisson Felipe de Araújo.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Transcreva-se, Publique-se e Cumpra-se.

Sessão Plenária Ordinária Virtual, em Teresina, 08 de julho de 2021.

(assinado digitalmente)
Conselheiro Substituto Jackson Nobre Veras
Relator

PROCESSO: TC/002247/2021

ACÓRDÃO Nº 595/2021 – SPL

DECISÃO Nº 610/2021

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO C/C MEDIDA CAUTELAR - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA DO PIAUÍ (EXERCÍCIO DE 2021)

OBJETO: SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

RESPONSÁVEIS: JORISMAR JOSÉ DA ROCHA - PREFEITO,

JOEL ANTENOR DA ROCHA CARVALHO – PREGOEIRO

INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADOR: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

ADVOGADO(S): GERMANO TAVARES PEDROSA E SILVA - OAB/PI Nº 5952 (PROCURAÇÕES ÀS FLS. 4 E 5 DA PEÇA Nº 19)

EMENTA: LICITAÇÃO. IRREGULARIDADES EM PREGÃO PRESENCIAL. CANCELAMENTO. PERDA DO OBJETO. ARQUIVAMENTO.

1. O objeto da Representação foi prejudicado pelo cancelamento do Pregão Presencial devendo, portanto, ser arquivada.

Sumário: Representação c/c Medida Cautelar – Prefeitura Municipal de Alagoinha do Piauí. Exercício Financeiro 2021. Pelo Conhecimento. Pelo Arquivamento. Determinações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da DFESP 3 – Temática Residual (peça nº 24), o parecer do Ministério Público de Contas (peça nº 26), a sustentação oral do advogado Germano Tavares Pedrosa e Silva - OAB/PI nº 5952, e o mais que dos autos consta, decidiu o Plenário, unânime, em consonância com o parecer ministerial, conforme e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça nº 30), pelo conhecimento e arquivamento do processo, bem como pelas determinações, a saber: a) determinar ao Prefeito Municipal e ao Pregoeiro que realizem o devido estudo, diagnóstico ou levantamento das verdadeiras necessidades de todas as secretarias e órgãos municipais durante o processo de contratação de material de Tecnologia de Informação, com vistas a evitar a reprodução integral de editais de outros municípios com outras necessidades; b) determinar ao Prefeito Municipal e ao Pregoeiro que se abstenham de referenciar preços no Termo de Referência de Edital de Licitação acima dos praticados no mercado; c) determinar ao Prefeito Municipal e ao Pregoeiro que se abstenham de direcionar a contratação de determinadas marcas, prejudicando a ampla competitividade, exceto se houver a devida justificativa no certame licitatório.

Presentes os Cons. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (Presidente), Abelardo Pio Vilanova e Silva, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Cons. em exercício Jaylson Fabianh Lopes Campelo e os Cons. Substitutos Jackson Nobre Veras, em substituição ao Cons. Kleber Dantas Eulálio (em gozo de férias), Delano Carneiro da Cunha Câmara e Alisson Felipe de Araújo.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Transcreva-se, Publique-se e Cumpra-se.

Sessão Plenária Ordinária Virtual, em 08 de julho de 2021.

(assinado digitalmente)
Conselheiro Substituto Jackson Nobre Veras
Relator

Decisões Monocráticas

PROCESSO: TC Nº 011403/2020

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADO: FRANCISCO FERNANDO PIRES DE CARVALHO

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONS. SUBST. DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA

PROCURADOR(A): MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO: Nº 320/2021 GAV

Trata o processo de ato de concessão de pensão por morte em favor de FRANCISCO FERNANDO PIRES DE CARVALHO, CPF nº 350.970.783-49, na condição de filho inválido, devido ao falecimento do Sr. Antônio Almeida de Carvalho, CPF nº 013.023.613-68, servidor inativo do quadro de pessoal da Polícia Militar do Estado do Piauí, na patente de Coronel-PM, falecido em 24/11/03, com fundamento na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 41/2004 e no(a) Art. 40, § 7º da CF/88 com redação da EC nº 20/98 c/c art. 3º da EC 41/2003, art. 67 da Lei nº 5.378/2004 e art. 5º da Lei 6.173/2012.

Considerando a consonância do parecer ministerial (peça 04) com a informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 03), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno, JULGAR LEGAL a Portaria GP nº 2933/2019 - PIAUIPREV (fl. 97, peça 01), datada de 17/10/2019, publicada no DOE nº 204, de 25/10/2019 (fl. 100, peça 01), com efeitos retroativos a 04/10/2019, concessiva de benefício de Pensão por Morte com os proventos mensais no valor de R\$ 19.072,34 (Dezenove mil, setenta e dois reais e trinta e quatro centavos), autorizando o seu registro, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, e art. 2º, da Lei nº 5.888/09 c/c art. 197, inciso IV do Regimento Interno, conforme segue:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO							
VERBAS	FUNDAMENTAÇÃO			VALOR (R\$)			
SUBSÍDIO	LEI Nº 7.132 DE 27 DE JULHO DE 2018			18.904,38			
VITPE	LEI Nº 9.173/2012			2.167,96			
TOTAL				19.072,34			
BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	DATA NASC	DEP	CPF	DATA INÍCIO	DATA FIM	% BAFIXO	VALOR (R\$)
FRANCISCO FERNANDO PIRES DE CARVALHO	22/04/1949	Filho Inativo	350.970.783-49	04/10/2019	TEMPORÁRIO	100,00	19.072,34

Encaminhe-se à Secretaria da Segunda Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, ao Arquivo do TCE/PI, para as providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro do TCE/PI, Abelardo Pio Vilanova e Silva, em Teresina, 21 de julho de 2021.

(assinado digitalmente)

Cons. Subst. DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA
Relator Substituto

PROCESSO: TC Nº 006452/2021

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

INTERESSADO (A): ISABEL CRISTINA DE MELO

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR SUBSTITUTO: CONS. SUBST. DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA

PROCURADOR (A): PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO

DECISÃO: Nº 321/2021 – GAV

Trata o processo de ato de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição, concedida à servidora Isabel Cristina de Melo, CPF nº 239.361.423-00, RG nº 753.167-PI, ocupante do cargo de Professor (a), 40 horas, classe SE, nível III, matrícula nº 0772054, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação do Piauí, com arrimo no art. 3º, I, II, III e parágrafo único da EC nº 47/05. .

Considerando a informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) e o parecer ministerial (Peça 04), DECIDO JULGAR LEGAL a Portaria nº 1549/2020 – PIAUI PREV (Peça 01, Fl. 136), publicada no DOE nº 169, de 08/09/2020, concessiva de aposentadoria à requerente, com fulcro nos artigos 246, II, art. 373, art. 197, II, da Resolução nº 13/11 (Regimento Interno do TCE/PI) e art. 2º, IV, da Lei nº 5.888/09 c/c art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, b, da Constituição Estadual, autorizando o seu registro com proventos mensais no valor de R\$ 4.112,31 (Quatro mil, cento e doze reais e trinta e um centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS MENSAIS

VERBA	FUNDAMENTAÇÃO	VALOR
Vencimento	LC Nº 71/06 C/C LEI Nº 5.589/06, ACRES-CENTADA PELO ART. 2º, I DA LEI Nº 7.131/18 (CONFORME DECISÃO DOTJ/PI NO PROC. Nº 2018.0001.002190-1) C/C ART. 1º DA LEI Nº 6.933/16	R\$4.017,68
Vantagens Remuneratórias (Conforme Lei Complementar nº 33/03)		
Gratificação de Adicional	ART. 127 DA LC Nº 71/06	R\$94,63
PROVENTOS A ATRIBUIR		R\$4.112,31

Encaminhe-se à Secretaria da Segunda Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, ao Arquivo do TCE/PI para as providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva, em Teresina, 29 de Julho de 2021.

(assinado digitalmente)
Cons. Substituto DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA
Relator Substituto

PROCESSO: TC Nº 005379/2021

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS.

INTERESSADO (A): LOURDES DE MARIA FERREIRA FONSECA

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR SUBSTITUTO: CONS. SUBST. DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA

PROCURADOR (A): PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO

DECISÃO: Nº 322/2021 – GAV

Trata o processo de ato de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição com proventos integrais, concedida à servidora Lourdes de Maria Ferreira Fonseca, CPF nº 305.436.143-87, RG nº 620.932-PI, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo O PL/ATL-O, matrícula nº 1446, do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, com arrimo no art. 3º, I, II, III e parágrafo único da EC nº 47/05.

Considerando a informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 03) e o parecer ministerial (peça 04), DECIDO JULGAR LEGAL a Portaria nº 956/2019 – PIAUÍ PREVIDÊNCIA, de 04/06/2019 (fl.72, peça 01), publicada no DOE nº 125, de 05/07/2019 (fl.73, peça 01), com fulcro nos artigos 246, II, art. 373, art. 197, II, da Resolução nº 13/11 (Regimento Interno do TCE/PI) e art. 2º, IV, da Lei nº 5.888/09 c/c art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, b, da Constituição Estadual, autorizando o seu registro com proventos mensais no valor de R\$ 4.935,73 (Quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS MENSIS		
VERBA	FUNDAMENTAÇÃO	VALOR
SALÁRIO BASE	Cargo PL/ATL-O, Assessor Técnico Legislativo – O, Lei 5726/08, modificada pela Lei 6.388/13 e pela Lei 6.468/13.	R\$ 2.850,80
VANTAGEM-PESSOAL	Art.11 e art.26 da Lei 5726/08, modificada pela Lei 6388/13 e pela Lei 6468/13.	R\$ 1.200,53
GDF	Lei nº 5.577/06, modificada pelo art. 25 da Lei nº 5.726/08, pela Lei nº 6.388/13 e Lei nº 6.468	R\$ 884,40
PROVENTOS A ATRIBUIR		R\$ 4.935,73

Encaminhe-se à Secretaria da Segunda Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, ao Arquivo do TCE/PI para as providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva, em Teresina, 29 de julho de 2021.

(assinado digitalmente)
Cons. Subst. DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA
Relator Substituto

PROCESSO TC/007277/2021

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

INTERESSADO: FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO JOAQUIM KENNEDY NOGUEIRA BARROS

PROCURADOR: PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 352/2021 - GKB

Trata o presente processo de ato de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, concedida ao servidor Francisco das Chagas Rodrigues, CPF nº 239.930.223-00, RG nº 568777-PI, no cargo de Agente de Polícia, classe especial, matrícula nº 0091596, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Piauí, com fundamento no art. 40, II da CF/88 c/c inciso II “a” e “b” do art. 1º da LC nº 51/85 com alteração da LC nº 144/2014.

Considerando a consonância das informações da Divisão de Fiscalização dos Atos de Pessoal – DFAP (Peça 3), com o Parecer Ministerial (Peça 4), que constatarem que o interessado atendeu a todos os requisitos necessários para a efetivação do benefício DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373, da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, julgar legal a Portaria nº 0201/2021 – PIAUÍ PREV, de 12 de fevereiro de 2021 (fls. 1.143), cuja publicação ocorreu no D.O.E de nº 35, em 19 de fevereiro de 2021 (fls. 1.145), concessiva de aposentadoria ao interessado, com proventos compostos das seguintes parcelas: a) Vencimento (R\$ 5.079,53 – art. 1º da Lei nº 10.887/04), totalizando a quantia de R\$ 5.079,53 (cinco mil e setenta e nove reais e cinquenta e três centavos), autorizando o seu registro, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual e art. 2º da Lei nº 5.888/09 c/c o art. 197, inciso II, do Regimento Interno.

Encaminhem-se os autos à Segunda Câmara, para após a publicação desta Decisão, acompanhar o transcurso do prazo recursal e, em seguida, à GED para o devido arquivamento eletrônico e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, em Teresina, 23 de agosto de 2021.

(assinatura digitalizada)

Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros

Relator

PROCESSO TC/015101/2020

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE DO SEGURADO RAIMUNDO SARAIVA DA SILVA

INTERESSADA: TAINARA TALITA SARAIVA LOPES

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONS. JOAQUIM KENNEDY NOGUEIRA BARROS

PROCURADOR: PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 353/2021 – GKB

Trata-se de Pensão por Morte em favor de Tainara Talita Saraiva Lopes, CPF nº 071.465.623-28, para si, na condição de cônjuge do servidor Raimundo Saraiva da Silva, CPF nº 078.604.553-15, servidor inativo, outrora ocupante do cargo de 3º. SARGENTO, vinculado ao INATIVOS POLICIA MILITAR-POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ, matrícula nº. 0109193, cujo óbito ocorreu em 11/03/2020 (certidão de óbito à fl. 1.07), com fundamento no art. 42, §2º da CF/88, art. 58, §12 da CE/1989 e art. 52 da EC nº 54/2019 c/c Decreto Estadual nº 18.890/2020, Art. 42, §2º da CF/88; art. 52, §10º do ADCT da CE/1989, acrescido pelo art. 2º da EC nº 54/2019 c/c Decreto 18.790/2020 do dia 16/01/2020. Ato publicado no Diário Oficial do Estado nº 191, de 08/10/2020, às fls. 1.122.

Considerando a consonância da Informação da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal (Peça 3), com o Parecer Ministerial (Peça 4), que atestaram a regularidade da instrução e o direito da requerente, DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, julgar legal a Portaria GP nº 1.540/2020 – PIAUÍ PREV (fls. 1.116), datada de 30/08/2020, com efeitos retroativos a 01/07/2020, com os proventos compostos pelas seguintes forma: COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO: a) SUBSÍDIO (R\$ 3.593,11 - Anexo II da Lei 7081/2017 c/c Lei 6933/2016 c/c Lei 7132/2018); b) VPNI – GRATIFICAÇÃO POR CURSO DE POLÍCIA MILITAR (R\$ 47,74 - art. 55, inciso II da LC nº 5.378/04 e art. 2º, parágrafo único da lei nº 6.173/12), resultando em R\$ 3.640,85. CÁLCULO DO VALOR DO BENEFÍCIO PARA RATEIO DAS COTAS: a) Valor da Cota Familiar (Equivalente a 50% do Valor da aposentadoria): R\$ 3.640,85 * 50% = R\$ 1.820,43; b) Acréscimo de 10% da cota parte (Referente a 1 dependente(s)): R\$ 364,09, totalizando os proventos da pensão por morte em R\$ 2.184,51 (dois mil cento e oitenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), autorizando o seu registro, nos termos do art. 86, III, “b” da Constituição Estadual e art. 2º da Lei nº 5.888/09 c/c o art. 197, inciso IV, a, do Regimento Interno.

Encaminhem-se os autos à Segunda Câmara, para após a publicação desta Decisão, acompanhar o transcurso do prazo recursal e, em seguida, à GED para o devido arquivamento eletrônico e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, em Teresina, 23 de agosto de 2021.

(Assinatura Digitalizada)

Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros

Relator

PROCESSO: TC/007137/2021

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

INTERESSADA: FRANCISCA DAS CHAGAS PEREIRA DA SILVA

UNIDADE GESTORA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATORA: CONS.^a WALTÂNIA MARIA N. DE SOUSA LEAL ALVARENGA.

RELATOR SUBST. CONS.SUBST. JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADORA: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

DECISÃO Nº 305/2021 – GWA

Trata-se de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição, regra de transição da EC nº 47/05, concedida à servidora FRANCISCA DAS CHAGAS PEREIRA DA SILVA, ocupante do cargo de Agente Penitenciário, Classe Especial, matrícula nº 0304077, da Secretaria de Justiça do Estado do Piauí, com arrimo no art. 3º, I, II, III e parágrafo único da EC nº 47/05.

Considerando que o parecer ministerial, peça nº 04, encontra-se em consonância com a informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP, peça nº 03, no sentido de que a requerente preenche os requisitos legais necessários para obter a inativação, DECIDO, em conformidade com os artigos 246, inciso II e 373 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, JULGAR LEGAL a Portaria nº 1.764/2020, de 16/10/2020, publicada no Diário Oficial do Estado – D.O.E nº 201, de 26/10/2020, concessiva da inativação à requerente, nos termos do artigo 71, inciso III, da Constituição Federal e artigo 86, inciso III, alínea “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o artigo 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos mensais compostos da seguinte forma: a) Subsídio, de acordo com a Lei Complementar nº 107/08, acrescentada pelo art. 1º da Lei nº 7.132/18 c/c art. 1º da Lei nº 6.933/16; b) VPNI - Gratificação por Curso de Formação Penitenciária, art. 2º, I da Lei nº 5.373/04 c/c Lei nº 5.377/04.

Encaminhem-se os autos à Segunda Câmara, para fins de publicação desta decisão e, após transcorrido o prazo recursal, sejam enviados à Diretoria Administrativa/Seção de Arquivo para devolução ao órgão de origem.

Gabinete da Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, em Teresina, 19 de julho de 2021.

(Assinado Digitalmente)
Cons. Subst. Jackson Nobre Veras
Relator Substituto

PROCESSO TC- Nº 007047/2021

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

INTERESSADA: MARISA LAVOR PASSOS

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO Nº 327/21 – GOR

Trata o processo de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO concedida à servidora MARISA LAVOR PASSOS, CPF nº 314.792.944-20, ocupante do cargo de Farmacêutico, Classe “III”, Padrão E, Matrícula nº 0191809, da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí, com arrimo no art. 3º, I II, III e § único da EC nº 47/05, cujos requisitos foram devidamente implementados.

Considerando a consonância das Informações da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 03), com o Parecer Ministerial (peça 04), DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria Nº 1697/20 (Peça 01), concessiva da aposentadoria da interessada, ato publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí nº 188, do dia 05/10/2020, com proventos mensais no valor de R\$ 5.171,73 (cinco mil, cento e setenta e um reais e setenta e três centavos), autorizando o seu registro nos termos do art. 86, III, b, da CE/89 c/c o art. 197, IV, a, e Parágrafo único, do Regimento Interno do TCE/PI.

Encaminhe-se o Processo à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta Decisão. Aguarde-se o transcurso do prazo recursal. Após, encaminhe-se o Processo ao Arquivo do TCE/PI, para providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro, em Teresina, 20 de agosto de 2021.

(Assinado Digitalmente)
Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho
Relator

PROCESSO TC- Nº 012494/2021

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA REMUNERADA, A PEDIDO

INTERESSADO: ANGEVALDO RODRIGUES ARAÚJO

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO Nº 328/21 – GOR

Trata o processo de Transferência para a Reserva Remunerada, a pedido, de Angevaldo Rodrigues Araújo, CPF nº 396.351.043-91, RG nº 10.8452-89-PM-PI, patente de 1º Sargento, Matrícula nº 0145980, lotado no BPPE da Polícia Militar do Estado do Piauí, com fundamento no art. 88, I e art. 89 da Lei nº 3.808/81 c/c o art. 52 da Lei nº 5.378/04.

Considerando a consonância das Informações da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 03), com o Parecer Ministerial (peça 04), DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 382 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL o Ato Concessório (Peça 01), datado de 13 de julho de 2021, concessivo da Transferência para Reserva Remunerada, a pedido, do interessado, ato publicado no Diário Oficial do Estado nº 147, de 13/07/2021, com proventos mensais no valor de R\$ 4.202,45 (quatro mil, duzentos e dois reais e quarenta e cinco centavos).

Encaminhe-se o Processo à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta Decisão. Aguarde-se o transcurso do prazo recursal. Após, encaminhe-se o Processo ao Arquivo do TCE/PI, para providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro, em Teresina, 20 de agosto de 2021.

(Assinado Digitalmente)
Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho
Relator

PROCESSO TC- Nº 009992/2020

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADA: MARIA DAS DORES DE SOUSA SANTOS

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

DECISÃO Nº 329/21 - GOR

Trata o processo de e Pensão por Morte requerida por Maria das Dores de Sousa Santos, CPF nº 207.972.493-20, RG nº 1.848.069-PI, por si, devido ao falecimento do seu esposo, o Sr. Antônio Batista dos Santos, CPF nº 341.994.703-87, RG nº 197.4433-PI, falecido em 08/10/18, operador de Máquina Nível Médio, matrícula nº 0447480, do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Piauí, com arrimo na Lei Complementar nº 13/94, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/15, c/c a LC nº 40/04, Leis Federais nº 10.887/04 e 8.213/91 e art. 40, § 7º, I da CF/88 com redação dada pela EC nº 41/03.

Considerando a consonância da Informação da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 03) com o Parecer Ministerial (peça 04), DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria nº 266/2019, concessiva da pensão da interessada, ato publicado no Diário Oficial do Estado nº 092, de 17/05/2019 (peça 01), com proventos mensais no valor de R\$ 4.060,84 (quatro mil e sessenta reais e oitenta e quatro centavos), autorizando o seu registro nos termos do art. 86, III, b, da CE/89 c/c o art. 197, IV, a, e parágrafo único, do Regimento Interno do TCE/PI.

Encaminhe-se o Processo à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta Decisão. Aguarde-se o transcurso do prazo recursal. Após, encaminhe-se o Processo ao Arquivo do TCE/PI, para providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro, em Teresina, 20 de agosto de 2021.

(Assinado Digitalmente)
Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho
Relator

PROCESSO TC- Nº 007047/2021

PROCESSO: TC 014421/2020

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

INTERESSADA: MARIA DE FÁTIMA SILVA DOS SANTOS

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

DECISÃO Nº 330/21 – GOR

Trata o processo de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO concedida à servidora Maria de Fátima Silva dos Santos, CPF nº 150.880.813-91, RG nº 242.903-PI, ocupante do cargo de Professor 40 horas, classe “A”, nível IV, Matrícula nº 0582476, da Secretaria da Educação do Estado do Piauí, com arrimo no art. 6º, I, II, III e IV da EC nº 41/03, cujos requisitos foram devidamente implementados.

Considerando a consonância das Informações da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 03), com o Parecer Ministerial (peça 04), DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria Nº 2348/19 (Peça 01), concessiva da aposentadoria da interessada, ato publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí nº 161, do dia 27/08/2019, com proventos mensais no valor de R\$ 3.172,64 (três mil, cento e setenta e dois reais e setenta e quatro centavos), autorizando o seu registro nos termos do art. 86, III, b, da CE/89 c/c o art. 197, IV, a, e Parágrafo único, do Regimento Interno do TCE/PI.

Encaminhe-se o Processo à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta Decisão. Aguarde-se o transcurso do prazo recursal. Após, encaminhe-se o Processo ao Arquivo do TCE/PI, para providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro, em Teresina, 20 de agosto de 2021.

(Assinado Digitalmente)
Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho
Relator

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADO (A): SAMARA SILVA NUNES ARAÚJO

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

RELATORA: CONS. KLEBER DANTAS EULÁLIO

DECISÃO 354/2021 – GKE

Trata-se de benefício de Pensão por Morte requerida por Samara Silva Nunes Araújo (Cônjuge), CPF nº 803.368.413-53, RG nº 1.553.170-PI, devido ao falecimento do ex-segurado, Sr. Valdemar Araújo Silva, CPF nº 306.571.563-53, RG nº 107176-BM-PI, outrora ocupante do cargo de 2º Tenente, no órgão de lotação Quartel do Comando Geral, matrícula nº 0130125, ocorrido em 27/09/2019 (certidão de óbito à fl. 11, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03), com o Parecer Ministerial nº 2021MA0931 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal a Portaria nº 3415/2019 (peça 01, fls. 43), datada de 19/12/2019, com efeitos retroativos a 27/09/2019, publicada no Diário Oficial do Estado nº 005, de 08/01/2020 (peça 01, fls. 44/45), concessiva de benefício de Pensão por Morte, em conformidade a Lei Complementar nº 13/94, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/15, c/c a Lei Complementar nº 41/2004 e no art. 42, §2º da CF/88 c/c art. 58, §12 da CE/1989 c/c art. 67, da Lei Estadual nº 5.378/2004, art. 67 da Lei nº 5.378/2004 e art. 5º da Lei 6.173/2012, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso IV do Regimento Interno, com proventos no valor de R\$ 6.192,32 (Seis mil, cento e noventa e dois reais e trinta e dois centavos), conforme segue:

Composição remuneratória do benefício	
A) Subsídio (LEI 7081/2017 C/C ANEXO ÚNICO DA LEI 6.173/12, ACRES-CENTADO PELO ART. 1º, I, II, DA LEI Nº 7.132/18 C/C ART. 1º DA LEI Nº 6.933/16);	R\$ 6.099,94
B) VPNI - GRATIFICAÇÃO POR CURSO DE POLÍCIAMILITAR (ART. 55, INCISO II DA LC Nº 5.378/04 E ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 6.173/12).	R\$ 92,38

Total dos proventos						R\$ 6.192,32	
BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	DATA NASC.	DEP.	CPF	DATA INÍCIO	DATA FIM	% RA-TEIO	VALOR (R\$)
SAMARA SILVA NUNES ARAÚJO	22/06/1977	Cônjuge	803.368.413-53	27/09/2019	Vitalício	100,00	6.192,32

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina 17 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)
KLEBER DANTAS EULÁLIO
Conselheiro Relator

PROCESSO: TC 015096/2020

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADO (A): CONSOLACAO DE MARIA DE CARVALHO LOPES

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

PROCURADOR: PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO

RELATORA: CONS. KLEBER DANTAS EULÁLIO

DECISÃO 355/2021 – GKE

Trata-se de benefício de Pensão por Morte requerida por CONSOLACAO DE MARIA DE CARVALHO LOPES, CPF nº 347.435.103-68, para si, na condição de cônjuge do servidor ADONIAS PEDREIRA DOS SANTOS LOPES, CPF nº 347.435.103-68, servidor inativo 1, outrora ocupante do cargo de CAPITÃO, vinculado ao(à) HPM - MILITARES-POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUI, matrícula nº. 0126993, cujo óbito ocorreu em 03/08/2020 (certidão de óbito à fl. 11, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03), com o Parecer Ministerial nº 2021PA0885 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal a Portaria nº 1777/2020 (peça 01, fls. 173), datada de 22/10/2020, com efeitos retroativos a 03/08/2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 210, de 10/11/2020 (peça 01, fls. 179), concessiva de benefício de Pensão por Morte, em conformidade com o art. 42, §2º da CF/88, art. 58, §12 da CE/1989 e art. 52 da EC nº 54/2019 c/c Decreto Estadual nº 18.890/2020, Art. 42, §2º da CF/88; art. 52, §10º do ADCT da CE/1989, acrescido pelo art. 2º da EC nº 54/2019 c/c Decreto 18.790/2020 do dia 16/01/2020, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso IV do Regimento Interno, com proventos no valor de R\$ 5.400,96 (Cinco mil, quatrocentos reais e noventa e seis centavos), conforme segue:

Composição remuneratória do benefício	
A) SUBSIDIO (R\$8.857,44 - anexo único da lei nº 6.173/12, acrescentada pelo art. 1º, I, II, da lei nº 7.132/18 c/c art. 1º lei nº 6.933/16);	R\$ 8.857,44
B) VPNI – GRATIFICAÇÃO POR CURSO DE POLÍCIA MILITAR (R\$ 144,16 - art. 55, inciso II da LC nº 5.378/04 e art. 2º, parágrafo único da lei nº 6.173/12)	R\$ 144,16
Total dos proventos	R\$ 9.001,60
CÁLCULO DO VALOR DO BENEFÍCIO PARA RATEIO DAS COTAS: a) Valor da Cota Familiar (Equivalente a 50% do Valor da aposentadoria): R\$ 9.001,60 * 50% = R\$ 4.500,80; b) Acréscimo de 10% da cota parte (Referente a 1 dependente(s)): R\$ 900,16, totalizando os proventos da pensão por morte em R\$ 5.400,96.	

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina 18 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)
KLEBER DANTAS EULÁLIO
Conselheiro Relator

PROCESSO: TC 014237/20200

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADO (A): IVINEIDE BARBOSA DE SOUSA

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

RELATORA: CONS. KLEBER DANTAS EULÁLIO

DECISÃO 356/2021 – GKE

Trata-se de benefício de Pensão por Morte requerida por IVINEIDE BARBOSA DE SOUSA, CPF nº 809.857.773-20, devido o falecimento do Sr. Pedro Veloso de Sousa, CPF nº 181.708.033-49, servidor inativo do quadro de pessoal da Polícia Militar do Estado do Piauí, na patente de Cabo ocorrido em 08/07/19 (certidão de óbito à fl. 07, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03), com o Parecer Ministerial nº 2021LA0414(Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal a Portaria nº 2657/2019 (peça 01, fls. 80), datada de 04/09/2019, com efeitos retroativos a 08/07/2019, publicada no Diário Oficial do Estado nº 179, de 20/09/2019 (peça 01, fls. 86), concessiva de benefício de Pensão por Morte, em conformidade a Lei Complementar nº 13/94, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/15, c/c a Lei Complementar nº 41/2004 e no art. 42, §2º da CF/88 c/c art. 58, §12 da CE/1989 c/c art. 67, da Lei Estadual nº 5.378/2004, art.67 da Lei nº 5.378/2004 e art. 5º da Lei 6.173/2012, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso IV do Regimento Interno, com proventos no valor de R\$ 3.534,28 (Três mil, quinhentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos), conforme segue:

Composição remuneratória do benefício	
A) Subsídio (R\$ 3.486,54 – Lei 7.081/2017 c/c Lei 6933/2016 c/c Lei 7132/2018)	R\$ 3.486,54
B) VPNI - Curso de Polícia Militar (R\$ 47,74 – art. 55, II da LC nº 5.378/04 e art. 2º, parágrafo único da lei nº 6.173/12),	R\$ 47,74
Total dos proventos	R\$ 3.534,28

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina 18 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)
KLEBER DANTAS EULÁLIO
Conselheiro Relator

PROCESSO: TC 002527/2020

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADO (A): LUÍSA GETIRANA DE LIMA

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

RELATORA: CONS. KLEBER DANTAS EULÁLIO

DECISÃO 357/2021 – GKE

Trata-se de benefício de Pensão por Morte requerida por Luísa Getirana de Lima, CPF nº 552.656.183-68, RG nº 945.953-PI, na condição de viúva do Sr. Deusdedit Horácio de Lima, CPF nº 022.503.813-72, RG nº 195.133-PI, servidor inativo da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no cargo de Técnico da Fazenda Estadual, Referência A, Classe Especial, cujo óbito ocorreu em 26/06/19 (certidão de óbito à fl. 06, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03), com o Parecer Ministerial nº 2021MA0946(Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal a Portaria nº 2709/2019 (peça 01, fls. 91), datada de 17/09/2019, com efeitos retroativos a 26/06/2019, publicada no Diário Oficial do Estado nº 180, de 23/09/2019 (peça 01, fls. 94), concessiva de benefício de Pensão por Morte, em conformidade a Lei Complementar nº 13/94, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/15, c/c a LC nº 40/04, Leis Federais nos 10.887/04 e 8.213/91 e art. 40, § 7º, I da CF/88 com redação dada pela EC nº 41/03 e art. 3º, parágrafo único da EC nº 47/05, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso IV do Regimento Interno, com proventos no valor de R\$ 6.763,41 (Seis mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta e um centavos), conforme segue:

Composição remuneratória do benefício	
A) Vencimento (R\$ 5.359,39 – LC nº 6.410/13 c/c Lei nº 6.933/16)	R\$ 5.359,39
B) VPNI – gratificação de incremento de arrecadação (R\$ 1.800,00 – art. 28 da LC nº 62/05 c/c o art. 3º, II, “a” da Lei nº 5.543/06, acrescentada pela Lei nº 5.824/08),	R\$ 1.800,00
Total dos proventos	R\$ 7.159,39
Cálculo do desconto previdenciário da Pensão de acordo com o art. 40, §7º da CF/88 com redação da EC nº 41/03 $(7.159,39 - 5.839,45 * 70\%) + 5.839,45 = 6.763,41$, totalizando uma quantia de R\$ 6.763,41 mensais.	

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina 18 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)
KLEBER DANTAS EULÁLIO
Conselheiro Relator

PROCESSO: TC 012721/2021

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADO (A): ATÊNCIA PEREIRA DE QUIEROGA

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

RELATORA: CONS. KLEBER DANTAS EULÁLIO

DECISÃO 358/2021 – GKE

Trata-se de benefício de Pensão por Morte requerida por Atência Pereira de Quieroga, CPF nº 048.165.523-91, RG nº 392.265-PI, na condição de viúvo da servidora Sônia Maria Dantas Bonfim Quieroga, CPF nº 306.674.613-53, RG nº 158.781-PI, servidora inativa do quadro de pessoal da Secretaria da Educação do Estado do Piauí, no cargo de professor 40 horas, Nível IV, Classe “B”, cujo óbito ocorreu em 29/01/2021 (certidão de óbito à fl. 17, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03), com o Parecer Ministerial nº 2021MA0946 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal a Portaria nº 0837/2021 (peça 01, fls. 180), datada de 28/06/2021, com efeitos retroativos a 29/01/2021, publicada no Diário Oficial do Estado nº 159, de 27/07/2021 (peça 01, fls. 185), concessiva de benefício de Pensão por Morte, em conformidade com o art. 40, §§ 6º e 7º da CF/88, art. 57, §7º da CE/89, art. 121 e seguintes da LC nº 13/94, art. 42, §1º do ADCT da CE/89, Lei Federal nº 10.887/04 e art. 1º do Decreto nº 16.450/16 c/c o art. 52 § 8º da EC nº 54/2019, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso IV do Regimento Interno, com proventos no valor de R\$ 1.763,42 (Um mil, setecentos e sessenta e três reais quarenta e dois centavos), conforme segue:

Composição remuneratória do benefício	
A) Vencimento (R\$ 3.176,79 – Lei nº 7.081/17 c/c lei nº 6.933/16)	R\$ 3.176,79
B) Acréscimo da Lei nº 4.212/88 (R\$ 12,08 – Lei nº 4.212/88)	R\$ 12,08
C) Gratificação Adicional (R\$ 162,03 – art. 127 da LC nº 71/06)	R\$ 162,03
TOTAL DOS PROVENTOS:	R\$ 3.680,90
O cálculo do valor do benefício para rateio das cotas foi: a) Valor da Cota Familiar - Equivalente a 50% do Valor da Média Aritmética $(R\$ 3.680,90 \times 50\% = R\$ 1.840,45)$ e b) Acréscimo de 10% da cota parte Referente a 1 dependente $(R\$ 368,09)$, resultando em R\$ 2.208,54.	
RECÁLCULO DO VALOR POR ACÚMULO DE BENEFÍCIO	
1ª faixa (100% até um salário mínimo) = R\$ 1.100,00 2ª faixa (60% do valor que exceder a um salário mínimo, limitado a dois salários mínimos) = R\$ 660,00. 3 3ª faixa (40% do valor que exceder a dois salários mínimos, limitados a três salários mínimos) = R\$ 3,42.	
Valor final do benefício para o rateio	R\$ 1.763,42

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina 18 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)
KLEBER DANTAS EULÁLIO
Conselheiro Relator

PROCESSO: TC Nº 007042/2021

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

INTERESSADO (A): LÚCIA DA FÁTIMA SANTANA DA SILVA

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: KLEBER DANTAS EULÁLIO

PROCURADOR (A): LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

DECISÃO 359/2021 – GKE

Trata-se de APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO concedida à servidora LÚCIA DE FÁTIMA SANTANA DA SILVA CPF nº 183.922.963-20 ocupante do cargo de Agente Técnico de Serviços, classe B, Referência IV, matrícula nº 0228893, lotada no Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí, Ato Concessório publicado no D.O.E de nº 188, em 05/10/2020 (fls. 147, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o Parecer Ministerial nº 2021PA0852 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal a Portaria de nº 1562/2020 (fl. 144, peça 01), datada de 28/09/2020, concessiva de aposentadoria à requerente, em conformidade com o art.3º, inciso I, II, III e § único da EC nº 47/05, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$ 1.254,35(Um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS	
a) Vencimento (ART. 5º DA LEI Nº 5.591/06 C/C ART. 1º DA LEI Nº 6.933/16) ;	R\$ 1.112,24
b) Gratificação adicional (ART. 5º DA LEI Nº 5.591/06)	R\$ 20,75
TOTAL DOS PROVENTOS:	R\$ 1.254,35

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina, 19 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente pelo sistema e-TCE)
KLEBER DANTAS EULÁLIO
Conselheiro Relator

PROCESSO: TC 009994/2020

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADO (A): MARIA DO SOCORRO RODRIGUES PEREIRA

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

RELATORA: CONS. KLEBER DANTAS EULÁLIO

DECISÃO 360/2021 – GKE

Trata-se de benefício de Pensão por Morte requerida por Maria do Socorro Rodrigues Pereira, CPF nº 879.165.173-53, RG nº 353.207- PI, na condição de viúva da servidor José de Ribamar Pereira, CPF nº 068.777.293-15, RG nº 167.631-PI, servidor inativo do quadro de pessoal da Secretaria do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Piauí (DER-PI), no cargo de Soldador, matrícula nº 0053848, (certidão de óbito à fl. 07, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03), com o Parecer Ministerial nº 2021LA0420(Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal a Portaria nº 811/2019 (peça 01, fls. 95), datada de 10/05/2019, com efeitos retroativos a 20/05/2018, publicada no Diário Oficial do Estado nº 92, de 17/05/2019 (peça 01, fls. 98), concessiva de benefício de Pensão por Morte, em conformidade com a Lei Complementar nº 13/94, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/15, c/c a LC nº 40/04, Leis Federais nº 10.887/04 e 8.213/91 e art. 40, § 7º, I da CF/88 com redação dada pela EC nº 41/03, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso IV do Regimento Interno, com proventos no valor de R\$ 2.058,52 (Dois mil, cinquenta e oito reais cinquenta e dois centavos), conforme segue:

Composição remuneratória do benefício	
A) VPNI – URP (R\$ 242,34 – art. 20 da Lei nº 6.846/16);	R\$ 242,34
B) Gratificação Adicional (R\$ 197,78 – art. 22 da Lei nº 6.846/16)	R\$197,78
C) Proventos (R\$ 1.618,40 – Lei Estadual nº 6.846/16, anexo II, quadro III c/c Lei nº 6.931/16)	R\$ 1.618,40
TOTAL DOS PROVENTOS:	R\$ 2.058,52

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina 20 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)
KLEBER DANTAS EULÁLIO
Conselheiro Relator

PROCESSO: TC/012111/2021

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (REGRA DE TRANSIÇÃO DA EC Nº 47/05).

INTERESSADO: VICENTE RUFINO FILHO, CPF Nº 132.817.983-49.

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA.

RELATOR: JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO.

PROCURADOR: PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO.

DECISÃO Nº. 378/2021 – GJC.

Trata-se de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição (Regra de Transição da EC nº 47/05), concedida ao servidor Sr. VICENTE RUFINO FILHO, CPF nº 132.817.983-49, RG nº 224.650-PI, ocupante do cargo de Médico – Ambulatorial 20 horas semanais, Classe III, Padrão B, matrícula nº 0359262, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí, com arrimo no art. 3º, I, II, III e parágrafo único da EC nº 47/05. O Ato Concessório foi publicado no D.O.E. nº 138, de 02.07.2021 (peça 1, fl. 147).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o Parecer Ministerial Nº. 2021MA0964 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno, julgar legal a PORTARIA Nº 0824/2021 – PIAUIPREV, (Peça 1, fls. 145), em 24 de junho de 2021, concessiva da aposentadoria à requerente, VICENTE RUFINO FILHO, nos termos o art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$11.071,29(onze mil, setenta e um reais e vinte e nove centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS MENSAIS	
VENCIMENTO (LC Nº 90/70, ACRESCENTADA PELOS ARTS. 1º E 4º DA LEI Nº 7.017/17 C/C ART. 1º DA LEI Nº 6.933/16).	R\$11.033/78
Vantagens Remuneratórias (Conforme Lei Complementar nº 33/03)	
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL (ART. 65 DA LC Nº 13/94).	R\$37,51
PROVENTOS A ATRIBUIR	R\$11.071,29

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, em Teresina, 23 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)
JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO
- RELATOR -

PROCESSO TC/012824/2021

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 347/2021-GDC

(REVOGAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR)

ASSUNTO: REVOGAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR SOB DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 333/2021-GDC - REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR DE BLOQUEIO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRIPIRI – EXERCÍCIO 2021

REPRESENTANTE: DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
REPRESENTADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRIPIRI

RESPONSÁVEL: JOVENÍLIA ALVES DE OLIVEIRA MONTEIRO

RELATOR(A): CONS. SUBSTITUTO DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA

PROCURADOR(A): LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 347/2021-GDC

Tratam os presentes autos de Representação cumulada com Pedido de Medida Cautelar *inaudita altera pars* interposta pela Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal - DFAM, solicitando o imediato bloqueio das contas municipais em virtude da ausência de entrega de documentos e informações ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI que compõem a prestação de contas (Meses 1,2,3,4, *Documentações Web*), do exercício financeiro de 2020, nos termos da Resolução nº 27/2019.

Em 11/08/2021, emitiu-se Decisão Monocrática nº 333/2021-GDC deferindo o Bloqueio de Contas da Prefeitura Municipal de Piripiri, com base no art. 86, inciso V, da Lei nº 5.888/2009, até que o(a) gestor(a) encaminhasse a este Tribunal de Contas todos os documentos e informações que compõem a prestação de contas (Meses 1,2,3,4, *Documentações Web*), embasada na lista emitida pela DFAM.

Prosseguindo-se, considerando que, no âmbito desta solicitação, a chefe do Executivo comprometeu-se a regularizar as contribuições devidas e não recolhidas no prazo legal relativamente às contribuições do SERVIDOR do período de fevereiro a abril de 2021 e encaminhou termo de parcelamento aos sistemas da Secretaria de Previdência, regularizando a patronal do mesmo período sob acordo de nº 807/202, determino o desbloqueio das contas do Município, pelo prazo de 02 (dois) dias úteis.

Ressalta-se que, após esse prazo, deverão as contas permanecerem bloqueadas, até que as contribuições devidas do SERVIDOR sejam comprovadas nos sistemas deste Tribunal, nos termos do artigo 13, I, “k”, da IN 07/2020 e da lei municipal 289/2011 (quanto ao acréscimos legais devidos):

BANCO	AGÊNCIA	CONTA
Banco do Brasil – FPM	129-5	1.110-X
Banco do Brasil – FUS	129-5	10.920-7

Por fim, é importante ressaltar que, quanto ao acordo firmado sob nº 807/2021 – regulariza as contribuições da patronal, se até a data da comprovação, nos sistemas desta Corte, ainda não estiver ACEITO pela Secretaria de Previdência e a primeira parcela ainda não se encontrar devidamente recolhida ao RPPS, ensejará o bloqueio das contas do município, em razão da inadimplência quanto ao disposto no artigo 13, I, n, da IN 07/2020.

Ante o exposto, REVOGO A DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 333/2021-GDC, e encaminho os autos à Presidência deste Tribunal, para fins de desbloqueio, e para Secretaria das Sessões para fins de publicação, com base no art. 87 da Lei Orgânica do TCE/PI, e art. 451 do Regimento Interno do TCE/PI. Disponibiliza-se esta decisão para fins de publicação, e após trânsito em julgado, que os presentes autos sejam enviados para a Seção de Arquivo.

Ressalta-se que, caso seja constatado o saneamento do fato ensejador da presente cautelar, após devidamente atestado pelo órgão de fiscalização, que seja procedido o imediato desbloqueio das contas pela Presidência desta Corte, posteriormente, que a presente Decisão Monocrática seja revogada e, por fim, que os autos do processo sejam arquivados.

Gabinete do Conselheiro Substituto DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA, em Teresina - Piauí, 20/08/2021.

(assinado digitalmente)

Delano Carneiro da Cunha Câmara
Conselheiro Substituto – Relator






OTCE-PI, por meio do Programa Mais Viver – Vida Plena no Pós-Carreira promove a palestra “Domine suas Finanças”. A palestra é a apresentação e primeira etapa do Programa de Desenvolvimento Financeiro, destinado aos servidores do TCE-PI, que tem como objetivo construir um plano individual de ação para alcançar a boa saúde financeira, não ter dívidas e investir de forma inteligente.

INFORMAÇÕES: NAIRA MOURA (86) 99922-0284





26 | agosto | 2021

PALESTRA

DOMINE SUAS FINANÇAS